

... continuação									
Stone Instituição de Pagamentos S.A.									
13 INTANGÍVEL									
13.1 Políticas contábeis: Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados. A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: • Software – 20%. • Licenças de uso de bandeiras – 20%; • Marcas e patentes – 5%. 13.1.1 Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisitos anualmente, exceto ativos fiscais diferidos, cuja realização é avaliada semestralmente.									
13.2 Movimentações									
Software									
Direito de concessão e operação									
Marcas e patentes									
Software em desenvolvimento									
Custo									
Software									
Marcas e patentes									
Amortização acumulada									
Intangível									
Software									
Licenças de uso de bandeiras									
Direito de concessão e operação									
Marcas e patentes									
Direito sobre contrato de representação									
Custo									
Software									
Licenças de uso de bandeiras									
Direito de concessão e operação									
Marcas e patentes									
Direito sobre contrato de representação									
Amortização acumulada									
Intangível									
19.7 Outros resultados abrangentes: Outros resultados abrangentes ("ORA") representam os lucros ou prejuízos não reportados na demonstração do resultado, sendo apresentados separadamente nas demonstrações financeiras. Isto inclui transações e operações da Companhia que não são consideradas ganhos ou perdas realizadas. A tabela apresenta o saldo acumulado de cada categoria de ORA em 30 de junho de 2026:									
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado									
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado									
Ganho não realizado de hedge de fluxo de caixa									
20 RECEITAS OPERACIONAIS									
Receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços									
Impostos sobre receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços									
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços									
Receita de aluguel de equipamentos									
Impostos sobre receita de aluguel de equipamentos									
Receita líquida de aluguel de equipamentos									
Receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento									
Impostos sobre receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento									
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento									
21 RESULTADO DE DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS									
Rendimento sobre cotas de fundos de investimento									
Rendimento sobre depósitos no Banco Central									
22 OPERAÇÕES DE VENDA OU DE TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS									
Cessão definitiva									
Cessão com retenção de riscos e benefícios									
23 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS									
Processamento de dados									
Despesas com serviços associados a transações de pagamento									
Recebimento, armazenagem e triagem de equipamentos									
Comunicações									
Reparos e manutenções									
Transportes									
Insumos e materiais									
Outros (a)									
(a) Referem-se principalmente a gastos diretamente atribuíveis ao funcionamento de Pin Pad e POS, tais como bobinas, acessórios etc. (a)									
24 DESPESAS DE PESSOAL									
Salários e proventos									
Encargos sociais									
Benefícios									
Pagamento baseado em ação (Nota 32)									
Treinamentos									
25 DESPESAS ADMINISTRATIVAS									
Publicidade, promoções e relações públicas									
Serviços técnicos especializados									
Processamento de dados									
Despesas tributárias (a)									
Transportes									
Viagens									
Despesas de seguros									
Serviços de vigilância e segurança									
Eventos internos									
Manutenção e conservação de bens									
Comunicações									
Serviços do sistema financeiro									
Outros									
(a) Referem-se principalmente a despesas de PIS e COFINS incidentes sobre resultado de aplicações financeiras de liquidez e títulos e valores mobiliários.									
26 DESPESAS DE PROVISÕES									
Provisão para contingências									
Reversão (provisão) para perdas operacionais									
27 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS									
Recuperação de perdas operacionais									
Variação monetária ativa									
Variação cambial ativa									
Descontos obtidos									
Outros									
28 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS									
Despesas de comissões com parceiros									
Perdas operacionais									
Variação cambial passiva									
Variação monetária passiva									
Outras despesas operacionais									
29 RESULTADO NÃO OPERACIONAL									
Os valores reconhecidos como resultado não operacional são decorrentes principalmente do custo de alienação de ativos, doações e patrocínios. O resultado líquido no semestre findo em 30 de junho de 2026 foi uma despesa de R\$ 20.886 (receita de R\$ 36.709 em 30 de junho de 2025).									
30 OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE FLUXOS DE CAIXAS									
30.1 Imobilizado e ativos intangíveis									
Adições de imobilizado (Nota 12.2)									
Pagamentos do ano anterior									
Compras não pagas no final do período									
Aquisição de imobilizado									
Adições de ativos intangíveis (Nota 13.2)									
Pagamentos do ano anterior									
Compras não pagas no final do período									
Compras e desenvolvimento de ativos intangíveis									
Valor contábil líquido dos ativos alienados (Nota 12/Nota 13)									
Perda na baixa e alienação de bens									
Valor recebido pela venda de imobilizado									
continua ...									

(a) Sobre os valores de JCP há retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") à alíquota de 15%, recolhido pela Companhia antes da distribuição líquida aos acionistas.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/08/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação				Stone Instituição de Pagamentos S.A.															
31 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS																			
As partes relacionadas compreendem as empresas controladas do grupo, acionistas, pessoa-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.				no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, mas que podem não ser necessariamente o resultado real. 32.2 Restricted Shares Units (RSU) A Companhia outorgou RSUs e opções de ações, as quais, em sua maioria, estão condicionadas à permanência (condições de desempenho corporativo são aplicáveis a uma minoria), e habilitam o recebimento seguindo regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. 32.3 Performance Share Units (PSU) Em 2022 a Companhia concedeu prêmios de PSUs, os quais deram aos beneficiários o direito de receber ações se o Grupo atingir níveis mínimos de Retorno Total ao Acionista ("RTA") para um período específico, as quais expiram se a referida condição de desempenho não for atendida. Assim como para RSUs, existem regras específicas de período de aquisição de direito para a habilitação do recebimento. 32.4 Movimentação de pagamento baseado em ações: As movimentações ocorridas de RSUs, PSUs e opções de ações são apresentadas abaixo:															
Ativos				RSUs				PSUs				Opções				Total			
Pagar.me S.A. (controlada)	30/06/2026	31/12/2025		5.676.639	2.520.212	24.186	8.221.037												
	13.740	16.461		1.514.075	110.544	—	1.624.619												
Rendas a receber	13.740	16.461		(1.660.366)	—	—	(1.660.366)												
Pagar.me S.A. (controlada)	63.820	64.875		(240.607)	(172.278)	—	(412.885)												
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	15.632	—		(69.419)	(26.373)	—	(95.792)												
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	6.995	—		5.220.322	2.432.105	24.186	7.676.613												
Stone Corporate SPE S.A. (controlada)	3.434	2.339		4.893.856	2.409.959	24.186	7.328.001												
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (controlada)	3.054	2.564		2.062.030	459.894	—	2.521.924												
STNE Investimentos S.A. (controlador direto comum)	1.312	—		(948.712)	(197.108)	—	(1.145.820)												
Stone Serviços Financeiros S.A. (controladora)	294	5.999		84.155	(17.213)	—	66.942												
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	337	—		Transfêrencias entre empresas do grupo	Canceladas	—	(439.499)												
MNLT S.A. (controlada)	237	99		Saldos em 30 de junho de 2026	5.862.594	2.444.768	24.186	8.331.548											
DLPPar Participações S.A. (controlador direto)	—	—		Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.676.639	2.520.212	24.186	8.221.037											
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 8) (a)	95.115	75.877		Outorgadas	1.514.075	110.544	—	1.624.619											
Pagar.me S.A. (controlada)	—	1.143		Emittidas	(1.660.366)	—	—	(1.660.366)											
MNLT S.A. (controlada)	567	563		Transfêrencias entre empresas do grupo	(240.607)	(172.278)	—	(412.885)											
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	—	64		Canceladas	(69.419)	(26.373)	—	(95.792)											
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	—	90		Saldos em 30 de junho de 2026	5.862.594	2.444.768	24.186	8.331.548											
Dividendos a receber	567	1.860		Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.676.639	2.520.212	24.186	8.221.037											
Passivos	30/06/2026	31/12/2025		Outorgadas	2.062.030	459.894	—	2.521.924											
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (controlada)	(30.193.842)	(23.264.513)		Emittidas	(948.712)	(197.108)	—	(1.145.820)											
Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	(1.504.102)	—		Transfêrencias entre empresas do grupo	84.155	(17.213)	—	66.942											
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	(31.697.944)	(23.264.513)		Canceladas	—	—	—	(439.499)											
Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	(26.352.390)	(29.252.546)		Saldos em 30 de junho de 2026	5.862.594	2.444.768	24.186	8.331.548											
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(150.000)	(330.000)		Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.676.639	2.520.212	24.186	8.221.037											
Obrigações vinculadas a sub-rogação (b)	(26.502.390)	(29.582.546)		Outorgadas	2.062.030	459.894	—	2.521.924											
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(39.786)	(18.026)		Emittidas	(948.712)	(197.108)	—	(1.145.820)											
StoneCo Ltd.	(31.826)	—		Transfêrencias entre empresas do grupo	84.155	(17.213)	—	66.942											
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	(10.493)	(5.780)		Canceladas	—	—	—	(439.499)											
Buy4 Sub LLC	(8.236)	—		Saldos em 30 de junho de 2026	5.862.594	2.444.768	24.186	8.331.548											
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(3.819)	(4.275)		Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.676.639	2.520.212	24.186	8.221.037											
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	(824)	(3.956)		Outorgadas	2.062.030	459.894	—	2.521.924											
Vitta Corretora de Seguros Ltda. (controlador final comum)	(640)	(302)		Emittidas	(948.712)	(197.108)	—	(1.145.820)											
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (controladora final comum)	(23)	(35.560)		Transfêrencias entre empresas do grupo	84.155	(17.213)	—	66.942											
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	—	(10.923)		Canceladas	—	—	—	(439.499)											
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (a)	—	(237)		Saldos em 30 de junho de 2026	5.862.594	2.444.768	24.186	8.331.548											
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (controlador final comum)	—	(190)		Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.676.639	2.520.212	24.186	8.221.037											
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	—	(93)		Outorgadas	2.062.030	459.894	—	2.521.924											
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	—	(87)		Emittidas	(948.712)	(197.108)	—	(1.145.820)											
Sponte Educação Ltda. (a)	—	(4)		Transfêrencias entre empresas do grupo	84.155	(17.213)	—	66.942											
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 18)	(95.647)	(79.433)		Canceladas	—	—	—	(439.499)											
(a) Em 28 de fevereiro de 2026, foi concluída a transação de venda do Grupo Linx, que deixou de pertencer ao grupo da StoneCo, a partir desta data. Consequentemente, as entidades listadas sob o controle da Linx deixam de ser qualificadas como partes relacionadas da Companhia para fins de divulgação em períodos posteriores a fevereiro de 2026.				Saldos em 30 de junho de 2026	5.862.594	2.444.768	24.186	8.331.548											
Pagar.me S.A. (controlada)	(5.769.607)	(4.189.164)		Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.676.639	2.520.212	24.186	8.221.037											
Valores a repassar a estabelecimentos (c)	(5.769.607)	(4.189.164)		Outorgadas	2.062.030	459.894	—	2.521.924											
Pagar.me S.A. (controlada)	(2.992.108)	(105.831)		Emittidas	(948.712)	(197.108)	—	(1.145.820)											
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (controlada)	(1.585.691)	(2.731.655)		Transfêrencias entre empresas do grupo	84.155	(17.213)	—	66.942											
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	(108.360)	(86.808)		Canceladas	—	—	—	(439.499)											
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(79.058)	(18.058)		Saldos em 30 de junho de 2026	5.862.594	2.444.768	24.186	8.331.548											
TAG tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	(18.197)	(7.159)		Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.676.639	2.520.212	24.186	8.221.037											
Stone Pay Meios de Pagamento Ltda. (controlada)	(7.778)	—		Outorgadas	2.062.030	459.894	—	2.521.924											
Stone Impulse Ltda. (controlador final comum)	(6.997)	—		Emittidas	(948.712)	(197.108)	—	(1.145.820)											
SOMA III Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (controlador final comum)	(3.615)	(2.521)		Transfêrencias entre empresas do grupo	84.155	(17.213)	—	66.942											
STNE Investimentos S.A. (controlador final comum)	(2.590)	—		Canceladas	—	—	—	(439.499)											
VHSYS Sistema de Gestão S.A. (pessoa chave da administração comum)	(1.786)	(1.639)		Saldos em 30 de junho de 2026	5.862.594	2.444.768	24.186	8.331.548											
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(199)	(222)		Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.676.639	2.520.212	24.186	8.221.037											
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(70)	(69)		Outorgadas	2.062.030	459.894	—	2.521.924											
Depósitos (d)	(4.806.449)	(2.953.962)		Emittidas	(948.712)	(197.108)	—	(1.145.820)											
Semestre findo em 30/06/2026	36.259	213.466		Transfêrencias entre empresas do grupo	84.155	(17.213)	—	66.942											
Pagar.me S.A. (controlada)	1.483	2.522		Canceladas	—	—	—	(439.499)											
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	—	60		Saldos em 30 de junho de 2026	5.862.594	2.444.768	24.186	8.331.548											
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	—	60		Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.676.639	2.520.212	24.186	8.221.037											
Total (e)	37.802	216.048		Outorgadas	2.062.030	459.894	—	2.521.924											
Semestre findo em 30/06/2026	36.259	213.466		Emittidas	(948.712)	(197.108)	—	(1.145.820)											
Semestre findo em 30/06/2025	213.466	216.048		Transfêrencias entre empresas do grupo	84.155	(17.213)	—	66.942											
Despesas	30/06/2026	31/12/2025		Canceladas	—	—	—	(439.499)											
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (controlada)	(1.381.941)	(997.940)		Saldos em 30 de junho de 2026	5.862.594	2.444.768	24.186	8.331.548											
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(364.391)	(398.283)		Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.676.639	2.520.212	24.186	8.221.037											
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(140.992)	(86.166)		Outorgadas	2.062.030	459.894	—	2.521.924											
BUY4 LLC	(34.452)	—		Emittidas	(948.712)	(197.108)	—	(1.145.820)											
Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	(4.102)	—		Transfêrencias entre empresas do grupo	84.155	(17.213)	—	66.942											
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(240)	(300)		Canceladas	—	—	—	(439.499)											
Stone Corporate SPE S.A. (controlador final comum)	—	(4.800)		Saldos em 30 de junho de 2026	5.862.594	2.444.768	24.186	8.331.548											
Alpha Logo Serviços de Informática S.A. (controlador final comum)	—	(1.000)		Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.676.639	2.520.212	24.186	8.221.037											
Dental Office S.A. (b)	—	(98)		Outorgadas	2.062.030	459.894	—	2.521.924											
APP Sistemas S.A. (controlador final comum)	—	(74)		Emittidas	(948.712)	(197.108)	—	(1.145.820)											

... continuação		
Stone Instituição de Pagamentos S.A.		
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Relativo ao Primeiro Semestre de 2026		
1. Comitê de Auditoria: Estrutura, Composição e Atribuições: Em atendimento à Resolução BCB nº 130, de 20 de agosto de 2021, foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária da Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone IP") realizada em 12 de fevereiro de 2026 ("AGE de Instalação do Comitê"), a instalação do Comitê de Auditoria do respectivo conglomerado prudencial ("COAUD Stone IP" ou "Comitê" e "Conglomerado Prudencial", respectivamente) que foi homologado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 10 de abril de 2026. O COAUD Stone IP é um órgão que se reporta à diretoria colegiada da Stone IP ("Diretoria") e atua em conformidade com as disposições estabelecidas no seu respectivo regimento interno ("Regimento Interno") e no Estatuto Social da Stone IP, bem como com as disposições normativas aplicáveis. O COAUD Stone IP é atualmente composto por 3 (três) membros, devidamente eleitos na AGE de Instalação do Comitê, quais sejam: Diego Fresco Gutierrez, Silvio José Moraes e Luciana Ibiapina Lira Aguiar, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Stone IP que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026. O COAUD Stone IP é único para as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial. Para fins deste relatório, o Conglomerado Prudencial inclui, além da Stone IP, as entidades por ela controladas e autorizadas a funcionar pelo BACEN, a saber: Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD"); Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Stone SCFI"); e Stone Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Stone DTVM"). Nos termos do Regimento Interno, as atribuições do COAUD Stone IP incluem, entre outras: (i) acompanhar os processos de controles internos e de gestão de riscos que tenham, ou possam vir a ter, reflexos relevantes nas demonstrações financeiras ou nas operações das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial; (ii) supervisionar as atividades da auditoria interna; (iii) avaliar o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes; (iv) avaliar a efetividade dos trabalhos desenvolvidos pela auditoria independente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, bem como sua qualificação e independência; (v) recomendar a contratação e destituição dos auditores independentes; (vi) recomendar à Diretoria da Companhia a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e (vii) revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, anuais e semestrais, as notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do auditor independente. As avaliações do COAUD Stone IP baseiam-se nas informações recebidas da administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como nas análises realizadas pelo próprio Comitê decorrentes de observação direta, quando aplicável. A elaboração e a aprovação das demonstrações financeiras da Stone IP e das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial são de responsabilidade da Diretoria, à qual compete estabelecer e manter os procedimentos necessários para assegurar a qualidade dos processos que originam as informações utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras e na emissão dos relatórios. A Diretoria também é responsável pelas atividades de controle e monitoramento de riscos e pela supervisão das atividades corporativas de controles internos e de compliance. 2. Atividades do COAUD Stone IP: Considerando que a instalação do COAUD Stone IP se deu em 12 de fevereiro de 2026, com posterior ratificação por meio de despacho de aprovação do BACEN em 10 de abril de 2026, ressalta-se		
que, até a sua instalação, as matérias de sua competência eram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria da StoneCo Ltd. ("COAUD StoneCo"), controladora da Stone IP. Tendo em vista que o COAUD Stone IP é composto pelos mesmos membros do COAUD StoneCo, tais matérias foram objeto de acompanhamento contínuo ao longo de todo o período, passando as atribuições a serem exercidas formalmente pelo COAUD Stone IP a partir da data de sua instalação. O COAUD StoneCo realizou 10 (dez) reuniões desde 1º de janeiro de 2026 até a data deste relatório. O COAUD Stone IP realizou 8 (oito) reuniões no mesmo período. Antes da instalação do COAUD Stone IP, seus membros realizaram o planejamento anual de trabalhos considerando os principais temas sob sua responsabilidade no âmbito do COAUD StoneCo, bem como a estratégia de negócios da Stone IP e seus potenciais impactos sobre as demonstrações financeiras da StoneCo e das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, assim como sobre os sistemas de controles internos e o gerenciamento de riscos relacionados às suas atividades. Este planejamento é revisado periodicamente, conforme a evolução e a execução das atividades do Comitê. O COAUD Stone IP aprovou o planejamento dos trabalhos da auditoria interna para o exercício de 2026 e, com base nos trabalhos conduzidos no âmbito do COAUD StoneCo, avaliou formalmente a atuação da auditoria interna ao longo do exercício de 2025. Destacam-se as seguintes atividades do COAUD Stone IP desde 1º de janeiro de 2026 até a presente data: • Realização de reuniões trimestrais com o Diretor Presidente da Stone IP para apresentação de suas recomendações sobre sistemas de controles internos, gerenciamento de riscos e outros temas abrangidos no escopo de sua atuação; • Realização de reuniões com Diretores de diversas áreas relevantes para fins das suas atribuições, notadamente o Diretor Financeiro, o Diretor de Gestão de Riscos e a Diretora Jurídica e de Compliance, bem como com as respectivas equipes; • Avaliação dos resultados de inspeções e observações dos órgãos reguladores e correspondentes planos de ação; • Realização de reuniões com a equipe da firma de auditoria externa para discussão do planejamento dos seus trabalhos e dos relatórios emitidos assim como acompanhamento do cumprimento das normativas sobre independência do auditor externo; • Recomendações à Diretoria e à auditoria interna, bem como acompanhamento da implementação das medidas correspondentes; • Acompanhamento do perfil das denúncias recebidas no canal corporativo de denúncias ("Orelhão") recebendo diretamente eventuais denúncias relacionadas à atuação da Diretoria ou de colaboradores da área responsável pela operação do Orelhão e adotando as providências cabíveis, conforme aplicável; e • Realização de reuniões exclusivamente entre membros, para discussão de temas de competência do Comitê, assim como reuniões com a responsável pela auditoria interna e com a equipe de auditoria independente. Entre os principais temas acompanhados ao longo do período, destacam-se: (a) riscos e controles relacionados à tecnologia, segurança da informação e continuidade de negócios; (b) acompanhamento dos relatórios de efetividade da política, dos procedimentos e dos controles internos relacionados à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo; (c) provisionamento para perdas com operações de crédito, incluindo o monitoramento do risco das carteiras de crédito para cliente, bem como das perdas com recebíveis de emissores; (d) qualidade do processo contábil; (e) gestão de temas tributários, em especial o reconhecimento e a manutenção de ativos por imposto diferido; e (f) principais estimativas e julgamentos críticos. No decorrer de suas atividades, o COAUD Stone IP não teve conhecimento da ocorrência de fraudes, de des-		
relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras		
razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.		
São Paulo, 12 de agosto de 2026. Comitê de Auditoria Diego Fresco Gutierrez – Presidente e Membro Qualificado do Comitê de Auditoria Luciana Ibiapina Lira Aguiar – Membro do Comitê de Auditoria Silvio José Moraes – Membro do Comitê de Auditoria		
Aos Administradores e Acionistas da Stone Instituição de Pagamento S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamento S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stone Instituição de Pagamento S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Reconhecimento das receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores: Conforme divulgado nas notas explicativas nº3.4.1, nº 6.2 e nº 20, as principais receitas operacionais da Companhia são decorrentes, principalmente: (i) da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, as quais são apropriadas ao resultado da Companhia, líquidas de taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações, (iii) das rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebidos dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Companhia, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões e (iii) das rendas pelas antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar aos estabelecimentos e o valor efetivamente antecipado. Em 30 de junho de 2026, a receita líquida de serviços de transações de pagamentos e outros serviços totalizou R\$732.825 mil, a receita líquida de aluguel de equipamentos totalizou R\$250.026		
mil e a receita líquida por antecipações de obrigações de transações de pagamentos totalizou R\$ 643.319 mil. O saldo de contas a receber de emissores totalizou R\$35.319.898 mil. Em razão da relevância do processo de reconhecimento de receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores, consideramos essa área como principal assunto de auditoria. <i>Como nossa auditoria conduziu o assunto:</i> Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos, considerando critérios de relevância e imprevisibilidade na definição das amostras: (i) testes documentais relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos de contas a receber de emissores e das receitas relacionadas às transações incorridas, tais como captura, autorização, processamento, serviços de liquidação prestados pelas bandeiras e emissores e testes de valorização sobre a receita reconhecida com base no percentual devido sobre o valor da transação; (ii) testes documentais relacionados aos pré-pagamentos de recebíveis parcelados aos clientes e recálculo das receitas de antecipação ao estabelecimento; (iii) testes sobre o registro da receita de aluguel de equipamentos, incluindo valorização e apropriação contábil; e (iv) a avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas nº3.4.1, nº 6.2 e nº 20. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento das receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação das notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança		
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP 034.519/O Fabício Aparecido Pimenta Contador CRC ISP 241.659/O-9		

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

[datamercantil.com.br](https://www.datamercantil.com.br)

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo

... continuação	
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.	
controles internos e de compliance. 2. Atividades do COAUD Stone IP: Considerando que a instalação do COAUD Stone IP se deu em 12 de fevereiro de 2026, com posterior ratificação por meio de despacho de aprovação do BACEN em 10 de abril de 2026, ressalta-se que, até a sua instalação, as matérias de sua competência eram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria da StoneCo Ltd. ("COAUD StoneCo"), controladora da Stone IP. Tendo em vista que o COAUD Stone IP é composto pelos mesmos membros do COAUD StoneCo, tais matérias foram objeto de acompanhamento contínuo ao longo de todo o período, passando as atribuições a serem exercidas formalmente pelo COAUD Stone IP a partir da data de sua instalação. O COAUD StoneCo realizou 10 (dez) reuniões desde 1º de janeiro de 2026 até a data deste relatório. O COAUD Stone IP realizou 8 (oito) reuniões no mesmo período. Antes da instalação do COAUD Stone IP, seus membros realizaram o planejamento anual de trabalhos considerando os principais temas sob sua responsabilidade no âmbito do COAUD StoneCo, bem como a estratégia de negócios da Stone IP e seus potenciais impactos sobre as demonstrações financeiras da StoneCo e das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, assim como sobre os sistemas de controles internos e o gerenciamento de riscos relacionados às suas atividades. Este planejamento é revisado periodicamente, conforme a evolução e a execução das atividades do Comitê. O COAUD Stone IP aprovou o planejamento dos trabalhos da auditoria interna para o exercício de 2026 e, com base nos trabalhos conduzidos no âmbito do COAUD StoneCo, avaliou formalmente a atuação da auditoria interna ao longo do exercício de 2025. Destacam-se as seguintes atividades do COAUD Stone IP desde 1º de janeiro de 2026 até a presente data: • Realização de reuniões trimestrais com o Diretor Presidente da Stone IP para apresentação de suas recomendações sobre sistemas de controles internos, gerenciamento de riscos e outros temas abrangidos no escopo de sua atuação; • Realização de reuniões com Diretores de diversas áreas relevantes para fins das suas atribuições, notadamente o Diretor Financeiro, o Diretor de Gestão de Riscos e a Diretora Jurídica e de Compliance, bem como com as respectivas equipes; • Avaliação dos resultados de inspeções e observações dos órgãos reguladores e correspondentes planos de ação; • Realização de reuniões com a equipe da firma de auditoria externa para discussão do planejamento dos seus trabalhos e dos relatórios emitidos assim como acompanhamento do cumprimento das normativas sobre independência do auditor externo; • Recomendações à Diretoria e à auditoria interna, bem como	acompanhamento da implementação das medidas correspondentes; • Acompanhamento do perfil das denúncias recebidas no canal corporativo de denúncias ("Orelhão") recebendo diretamente eventuais denúncias relacionadas à atuação da Diretoria ou de colaboradores da área responsável pela operação do Orelhão e adotando as providências cabíveis, conforme aplicável; e • Realização de reuniões exclusivamente entre membros, para discussão de temas de competência do Comitê, assim como reuniões com a responsável pela auditoria interna e com a equipe de auditoria independente. Entre os principais temas acompanhados ao longo do período, destacam-se: (a) riscos e controles relacionados à tecnologia, segurança da informação e continuidade de negócios; (b) acompanhamento dos relatórios de efetividade da política, dos procedimentos e dos controles internos relacionados à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo; (c) provisionamento para perdas com operações de crédito, incluindo o monitoramento do risco das carteiras de crédito para cliente, bem como das perdas com recebíveis de emissores; (d) qualidade do processo contábil; (e) gestão de temas tributários, em especial o reconhecimento e a manutenção de ativos por imposto diferido; e (f) principais estimativas e julgamentos críticos. No decorrer de suas atividades, o COAUD Stone IP não teve conhecimento da ocorrência de fraudes, de descumprimento legal ou regulatório e/ou de falhas de controles internos ou contábeis que pudessem colocar em risco a continuidade das operações da Stone IP e/ou das demais entidades integrantes do Conglomerado Prudencial. 3. Auditoria Interna: A auditoria interna atua de forma independente na realização de trabalhos de avaliação: (i) da efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa; (ii) da confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais; (iii) do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, às recomendações dos organismos reguladores e aos códigos de conduta internos; (iv) da salvaguarda dos ativos e as atividades relacionadas à função financeira da instituição; (v) das atividades, dos sistemas e dos processos recomendados ou determinados pelo BACEN; e (vi) da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital. O COAUD Stone IP acompanhou o cumprimento do planejamento anual da auditoria interna, tomando conhecimento de alterações em seu escopo, dos resultados dos principais trabalhos realizados, bem como do status dos planos de ação definidos pela administração. O Comitê considera adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos
Realizados pela auditoria interna durante o período. 4. Auditoria Externa: A Ernst & Young Auditores Independentes S.A. é responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras, devendo atestar se elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das instituições auditadas, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e, ao final de cada exercício social, também com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Os auditores independentes devem, ainda, emitir relatórios sobre o sistema de controles internos, incluindo os sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, bem como acerca de eventual descumprimento de dispositivos legais e regulamentares que tenha, ou possa vir a ter, reflexos relevantes nas demonstrações financeiras ou nas operações da instituição auditada. O COAUD Stone IP mantém um canal regular de comunicação com os auditores externos da Stone IP, a fim de embasar sua opinião sobre as demonstrações financeiras que lhe são submetidas para avaliação. O COAUD Stone IP considera adequadas as informações recebidas. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos. 5. Conclusão: Durante o período avaliado, não foram registradas divergências significativas entre a administração da Companhia, os auditores independentes e este Comitê em relação às demonstrações financeiras. O COAUD Stone IP, devidamente ponderadas as suas responsabilidades e as limitações decorrentes do alcance da sua atuação, recomendou, em 12 de agosto de 2026, a aprovação, pela Diretoria, das demonstrações financeiras individuais, do semestre findo em 30 de junho de 2026 da Stone IP, Stone SCD, Stone SCFI e Stone DTM. Tais demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.	
São Paulo, 12 de agosto de 2026.	
Comitê de Auditoria	
Diego Fresco Gutierrez – Presidente e Membro Qualificado do Comitê de Auditoria	
Luciana Ibiapina Lira Aguiar – Membro do Comitê de Auditoria	
Sílvio José Moraes – Membro do Comitê de Auditoria	
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	
Aos Administradores e Acionistas da Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta	estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente
se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 13 de agosto de 2026.	
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. Contador CRC-SP 034.519/O	
Fabrício Aparecido Pimenta Contador CRC ISP 241.659/O	

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/08/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



stoneStone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.																																																																																																																																																									
CNPJ/MF nº 53.505.601/0001-12																																																																																																																																																									
Relatório da administração																																																																																																																																																									
Senhores acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais da Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia" ou "Stone SCFI"), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026. Visão Geral da Companhia: A Stone SCFI foi constituída com o objetivo de oferecer operações de crédito, financiamento e investimento permitidas pelas leis e regulamentos aplicáveis à Companhia e soluções de investimento para micro, pequenos e médios empreendedores ("MPMEs"), além de viabilizar, de forma indireta, capital de giro para esse público por meio de parcerias e do suporte das plataformas da Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone IP"). Mensagem da Administração: Desde o início das nossas operações, temos trabalhado diligentemente para proporcionar soluções financeiras eficazes e personalizadas para nossos clientes, com foco em produtos de investimento. Além disso, promovemos indiretamente por meio de parceria e suporte das plataformas da Stone IP soluções de capital de giro para este mesmo público. Em junho de 2026, a carteira de empréstimos com partes relacionadas totalizou R\$ 30,2 bilhões refletindo nosso compromisso em apoiar indiretamente nossos clientes de pequenas e médias empresas (PMEs) em soluções de aquisição, banking ou crédito. A captação por sua vez alcançou R\$ 27,5 bilhões em depósitos a prazo e R\$ 5,7 bilhões em empréstimos e financiamentos com terceiros. Estes números destacam a confiança crescente dos nossos parceiros e clientes. Estamos confiantes de que a Stone SCFI está bem posicionada para cumprir sua missão e criar valor para nossos acionistas e clientes. Continuaremos a trabalhar com dedicação para atender às necessidades de crédito e investimento das MPMEs e contribuir para o crescimento sustentável do setor.																																																																																																																																																									
A administração.																																																																																																																																																									
Balanco Patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)					Demonstração dos Resultados – Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)																																																																																																																																																				
<table><tr><th>Ativo</th><th>Nota</th><th>30/06/2026</th><th>31/12/2025</th></tr><tr><td>Disponibilidades</td><td>4</td><td>1.586.403</td><td>2.732.265</td></tr><tr><td>Ativos financeiros</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Ao custo amortizado</td><td></td><td>32.069.585</td><td>24.040.020</td></tr><tr><td>Títulos e valores mobiliários</td><td>5.1</td><td>32.559</td><td>30.434</td></tr><tr><td>Operações de crédito</td><td>6</td><td>30.268.961</td><td>23.267.321</td></tr><tr><td>(-) Provisão para perda esperada</td><td>6.1.4</td><td>(4.223)</td><td>(2.722)</td></tr><tr><td>Outros ativos financeiros</td><td></td><td>119</td><td></td></tr><tr><td>Depósitos no Banco Central</td><td>7</td><td>1.772.169</td><td>744.987</td></tr><tr><td>Ativos não financeiros</td><td></td><td>147.616</td><td>36.816</td></tr><tr><td>Despesas antecipadas</td><td>8</td><td>108.265</td><td></td></tr><tr><td>Ativos fiscais</td><td>9.4</td><td>39.200</td><td>36.597</td></tr><tr><td>Outros ativos não financeiros</td><td></td><td>151</td><td>219</td></tr><tr><td>Total do Ativo</td><td></td><td>33.803.604</td><td>26.809.101</td></tr></table>					Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025	Disponibilidades	4	1.586.403	2.732.265	Ativos financeiros				Ao custo amortizado		32.069.585	24.040.020	Títulos e valores mobiliários	5.1	32.559	30.434	Operações de crédito	6	30.268.961	23.267.321	(-) Provisão para perda esperada	6.1.4	(4.223)	(2.722)	Outros ativos financeiros		119		Depósitos no Banco Central	7	1.772.169	744.987	Ativos não financeiros		147.616	36.816	Despesas antecipadas	8	108.265		Ativos fiscais	9.4	39.200	36.597	Outros ativos não financeiros		151	219	Total do Ativo		33.803.604	26.809.101	<table><tr><th>Passivo</th><th>Nota</th><th>30/06/2026</th><th>31/12/2025</th></tr><tr><td>Passivos financeiros</td><td></td><td>33.650.460</td><td>26.609.451</td></tr><tr><td>Ao custo amortizado</td><td></td><td>27.497.711</td><td>20.692.457</td></tr><tr><td>Depósitos</td><td>10</td><td>5.655.321</td><td>5.421.086</td></tr><tr><td>Recursos de aceites e emissão de títulos</td><td>11</td><td>492.246</td><td>492.215</td></tr><tr><td>Instrumentos de dívida elegíveis a capital</td><td>12</td><td></td><td>1.128</td></tr><tr><td>Dividendos a pagar</td><td>16.5</td><td>11</td><td>2.565</td></tr><tr><td>Outros passivos financeiros</td><td>15</td><td>5.171</td><td>11.266</td></tr><tr><td>Passivos não financeiros</td><td></td><td>27.621</td><td>7.193</td></tr><tr><td>Obrigações fiscais</td><td>13</td><td>24.029</td><td>2.476</td></tr><tr><td>Provisão para contingências</td><td>14</td><td>2.793</td><td>1.597</td></tr><tr><td>Outros passivos</td><td>15</td><td>799</td><td></td></tr><tr><td>Patrimônio líquido</td><td></td><td>125.523</td><td>188.384</td></tr><tr><td>Capital social</td><td>16.1</td><td>70.042</td><td>70.042</td></tr><tr><td>Reserva de capital</td><td>16.2</td><td>1.098</td><td>784</td></tr><tr><td>Reserva legal</td><td>16.3</td><td>8.356</td><td>5.934</td></tr><tr><td>Reserva de lucros</td><td>16.4</td><td>46.027</td><td>111.624</td></tr><tr><td>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</td><td></td><td>33.803.604</td><td>26.809.101</td></tr></table>					Passivo	Nota	30/06/2026	31/12/2025	Passivos financeiros		33.650.460	26.609.451	Ao custo amortizado		27.497.711	20.692.457	Depósitos	10	5.655.321	5.421.086	Recursos de aceites e emissão de títulos	11	492.246	492.215	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	12		1.128	Dividendos a pagar	16.5	11	2.565	Outros passivos financeiros	15	5.171	11.266	Passivos não financeiros		27.621	7.193	Obrigações fiscais	13	24.029	2.476	Provisão para contingências	14	2.793	1.597	Outros passivos	15	799		Patrimônio líquido		125.523	188.384	Capital social	16.1	70.042	70.042	Reserva de capital	16.2	1.098	784	Reserva legal	16.3	8.356	5.934	Reserva de lucros	16.4	46.027	111.624	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		33.803.604	26.809.101																
Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025																																																																																																																																																						
Disponibilidades	4	1.586.403	2.732.265																																																																																																																																																						
Ativos financeiros																																																																																																																																																									
Ao custo amortizado		32.069.585	24.040.020																																																																																																																																																						
Títulos e valores mobiliários	5.1	32.559	30.434																																																																																																																																																						
Operações de crédito	6	30.268.961	23.267.321																																																																																																																																																						
(-) Provisão para perda esperada	6.1.4	(4.223)	(2.722)																																																																																																																																																						
Outros ativos financeiros		119																																																																																																																																																							
Depósitos no Banco Central	7	1.772.169	744.987																																																																																																																																																						
Ativos não financeiros		147.616	36.816																																																																																																																																																						
Despesas antecipadas	8	108.265																																																																																																																																																							
Ativos fiscais	9.4	39.200	36.597																																																																																																																																																						
Outros ativos não financeiros		151	219																																																																																																																																																						
Total do Ativo		33.803.604	26.809.101																																																																																																																																																						
Passivo	Nota	30/06/2026	31/12/2025																																																																																																																																																						
Passivos financeiros		33.650.460	26.609.451																																																																																																																																																						
Ao custo amortizado		27.497.711	20.692.457																																																																																																																																																						
Depósitos	10	5.655.321	5.421.086																																																																																																																																																						
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	492.246	492.215																																																																																																																																																						
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	12		1.128																																																																																																																																																						
Dividendos a pagar	16.5	11	2.565																																																																																																																																																						
Outros passivos financeiros	15	5.171	11.266																																																																																																																																																						
Passivos não financeiros		27.621	7.193																																																																																																																																																						
Obrigações fiscais	13	24.029	2.476																																																																																																																																																						
Provisão para contingências	14	2.793	1.597																																																																																																																																																						
Outros passivos	15	799																																																																																																																																																							
Patrimônio líquido		125.523	188.384																																																																																																																																																						
Capital social	16.1	70.042	70.042																																																																																																																																																						
Reserva de capital	16.2	1.098	784																																																																																																																																																						
Reserva legal	16.3	8.356	5.934																																																																																																																																																						
Reserva de lucros	16.4	46.027	111.624																																																																																																																																																						
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		33.803.604	26.809.101																																																																																																																																																						
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)																																																																																																																																																									
<table><tr><th></th><th>Nota</th><th>Capital social</th><th>Reserva de capital</th><th>Reserva legal</th><th>Reserva de lucros</th><th>Lucro (prejuízo) acumulado</th><th>Total</th></tr><tr><td>Saldos em 31 de dezembro de 2024</td><td></td><td>23.241</td><td></td><td></td><td></td><td>(19.689)</td><td>3.552</td></tr><tr><td>Aumento de capital</td><td>15.1</td><td>16.759</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>16.759</td></tr><tr><td>Pagamento baseado em ações</td><td>15.2</td><td></td><td>60</td><td></td><td></td><td></td><td>60</td></tr><tr><td>Lucro líquido do semestre</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>135.295</td><td>135.295</td></tr><tr><td>Destinação do lucro líquido do período:</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Reserva legal</td><td>15.3</td><td></td><td></td><td>5.780</td><td></td><td>(5.780)</td><td></td></tr><tr><td>Reserva de lucros</td><td>15.4</td><td></td><td></td><td></td><td>109.826</td><td>(109.826)</td><td></td></tr><tr><td>Dividendo mínimo obrigatório</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Saldos em 30 de junho de 2025</td><td></td><td>40.000</td><td>60</td><td>5.780</td><td>109.826</td><td></td><td>155.666</td></tr><tr><td>Saldos em 31 de dezembro de 2025</td><td></td><td>70.042</td><td>784</td><td>5.934</td><td>111.624</td><td></td><td>188.384</td></tr><tr><td>Pagamento baseado em ações</td><td>15.2</td><td></td><td>314</td><td></td><td></td><td></td><td>314</td></tr><tr><td>Distribuição de dividendos de anos anteriores</td><td>15.5</td><td></td><td></td><td></td><td>(111.624)</td><td></td><td>(111.624)</td></tr><tr><td>Lucro líquido do semestre</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>48.449</td><td>48.449</td></tr><tr><td>Destinação do lucro líquido do período:</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Reserva legal</td><td>15.3</td><td></td><td></td><td>2.422</td><td></td><td>(2.422)</td><td></td></tr><tr><td>Reserva de lucros</td><td>15.4</td><td></td><td></td><td></td><td>46.027</td><td>(46.027)</td><td></td></tr><tr><td>Saldos em 30 de junho de 2026</td><td></td><td>70.042</td><td>1.098</td><td>8.356</td><td>46.027</td><td></td><td>125.523</td></tr></table>											Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucro (prejuízo) acumulado	Total	Saldos em 31 de dezembro de 2024		23.241				(19.689)	3.552	Aumento de capital	15.1	16.759					16.759	Pagamento baseado em ações	15.2		60				60	Lucro líquido do semestre						135.295	135.295	Destinação do lucro líquido do período:								Reserva legal	15.3			5.780		(5.780)		Reserva de lucros	15.4				109.826	(109.826)		Dividendo mínimo obrigatório								Saldos em 30 de junho de 2025		40.000	60	5.780	109.826		155.666	Saldos em 31 de dezembro de 2025		70.042	784	5.934	111.624		188.384	Pagamento baseado em ações	15.2		314				314	Distribuição de dividendos de anos anteriores	15.5				(111.624)		(111.624)	Lucro líquido do semestre						48.449	48.449	Destinação do lucro líquido do período:								Reserva legal	15.3			2.422		(2.422)		Reserva de lucros	15.4				46.027	(46.027)		Saldos em 30 de junho de 2026		70.042	1.098	8.356	46.027		125.523
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucro (prejuízo) acumulado	Total																																																																																																																																																		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		23.241				(19.689)	3.552																																																																																																																																																		
Aumento de capital	15.1	16.759					16.759																																																																																																																																																		
Pagamento baseado em ações	15.2		60				60																																																																																																																																																		
Lucro líquido do semestre						135.295	135.295																																																																																																																																																		
Destinação do lucro líquido do período:																																																																																																																																																									
Reserva legal	15.3			5.780		(5.780)																																																																																																																																																			
Reserva de lucros	15.4				109.826	(109.826)																																																																																																																																																			
Dividendo mínimo obrigatório																																																																																																																																																									
Saldos em 30 de junho de 2025		40.000	60	5.780	109.826		155.666																																																																																																																																																		
Saldos em 31 de dezembro de 2025		70.042	784	5.934	111.624		188.384																																																																																																																																																		
Pagamento baseado em ações	15.2		314				314																																																																																																																																																		
Distribuição de dividendos de anos anteriores	15.5				(111.624)		(111.624)																																																																																																																																																		
Lucro líquido do semestre						48.449	48.449																																																																																																																																																		
Destinação do lucro líquido do período:																																																																																																																																																									
Reserva legal	15.3			2.422		(2.422)																																																																																																																																																			
Reserva de lucros	15.4				46.027	(46.027)																																																																																																																																																			
Saldos em 30 de junho de 2026		70.042	1.098	8.356	46.027		125.523																																																																																																																																																		
Notas Explicativas em 30 de junho de 2026 (Em milhares de reais)																																																																																																																																																									
1 CONTEXTO OPERACIONAL																																																																																																																																																									
A Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia" ou "Stone SCFI") com sede na Cidade de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 2880, 4º andar, sala 5, CEP 05402-500, foi constituída em 8 de dezembro de 2022. A Companhia tem como atividade principal a prática de todas as operações de crédito, financiamento e investimento permitidas pelas leis e regulamentos aplicáveis à Companhia. A Companhia é controlada pela Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone IP"), uma empresa nacional que detém 99,99% das ações emitidas pela Companhia, que por sua vez tem como controladora final a StoneCo Ltd. ("Grupo StoneCo" ou "Grupo"), empresa de capital aberto na bolsa de valores NASDAQ sob o código "STNE", constituída nas Ilhas Cayman. A Stone SCFI obteve, em 5 de janeiro de 2024, autorização para atuar como instituição financeira, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições financeiras que lhe for cabível, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.																																																																																																																																																									
2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS																																																																																																																																																									
As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). De acordo com a Resolução BCB nº 2/20 (alterações Resolução BCB nº 367/24) e Resolução CMN nº 4.818/20 e atualizações, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem preparar suas demonstrações financeiras, seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de demonstrações financeiras intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo, que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações de patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes. Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispondo sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, trazendo os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9 e CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Posteriormente, em 23 de novembro de 2023, o Banco Central do Brasil (BACEN) emitiu a Resolução BCB nº 352, que dispõe dos mesmos conceitos da Resolução CMN nº 4.966/21, porém com aplicação expandida para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades corretoras de câmbio, administradoras de consórcio e instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Além disso, trouxe maior detalhamento sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidênciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os critérios contábeis oriundos desta Resolução foram aplicados prospectivamente a partir de sua vigência, e seus efeitos de ajustes decorrentes das mudanças de metodologia de critérios contábeis foram registrados em contrapartida aos Lucros e Prejuízos acumulados, por seu saldo líquido de efeitos tributários. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2026.																																																																																																																																																									
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS																																																																																																																																																									
3.1 Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. As práticas adotadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros estão principalmente pautadas na Resolução CMN nº 4.966/21. 3.1.1 Ativos financeiros: 3.1.1.1 Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia mensura seus instrumentos financeiros pelo preço da transação ou pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis individualmente à operação são acrescidos ao valor inicial (ou deduzidos, no caso de passivos), exceto para os instrumentos mensurados ao valor justo por meio do resultado. 3.1.1.2 Classificação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias: • Custo amortizado ("CA"); quando o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); quando o ativo financeiro é gerido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto a venda do ativo financeiro, com transferência substancial de riscos e benefícios, sendo os fluxos constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. • Valor justo por meio do resultado ("VJR"); utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. A categoria depende do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são administrados e das características de seus fluxos de caixa. O modelo de Negócio é um documento formal que descreve como a Companhia gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. Ele reflete a gestão conjunta de grupos de ativos para alcançar um objetivo específico, independentemente da intenção sobre um instrumento individual. Para que um contrato seja alocado em uma categoria de mensuração que não seja a de "Valor justo por meio do resultado", ele deve ser aprovado no Teste de SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros). Esse teste avalia se os fluxos de caixa de um ativo financeiro se limitam a pagamentos de principal e juros. A aprovação no teste depende das características e termos contratuais do ativo. Caso os fluxos de caixa não representem exclusivamente pagamentos de principal e juros, o ativo não passa no teste e, independentemente do modelo de negócio, sua mensuração é restrita à categoria de Valor Justo no Resultado (VJR). A Companhia realizou análise de suas carteiras, com o objetivo de identificar os modelos de negócios existentes, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos financeiros. 3.1.2 Passivos financeiros: 3.1.2.1 Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo no resultado,																																																																																																																																																									
custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. 3.1.2.2 Mensuração subsequente: A mensuração pós reconhecimento de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: 3.1.2.3 Passivos financeiros ao VJR: Os passivos financeiros ao valor justo no resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como VJR. Passivos financeiros são considerados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivo. Ganhos ou perdas em passivos classificados como VJR são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 – Instrumentos Financeiros forem atendidos, considerando as devidas adaptações da Resolução CMN nº 4.966/21. 3.1.2.4 Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa efetiva de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. 3.1.3 Taxa efetiva de juros: A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece, dentre outros, os requerimentos para apropriação de receita e encargos. Segundo a normativa, as receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, pro rata temporis, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, que deve ser determinada pela taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. Em outras palavras, a taxa efetiva de juros reflete a taxa contratual acrescida dos custos e receitas de transação ligados à aquisição, originação ou emissão do instrumento financeiro e que possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de rateio, durante todo o prazo do instrumento – que serão apropriados ao longo do tempo da operação. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes utilizam o método de juros efetivos para calcular a receita ou despesa de juros. Não identificamos receitas e despesas atribuíveis diretamente à aquisição, à originção ou à emissão do instrumento ou outros custos incrementais, assim considerados os custos nos quais a instituição não incorreria caso não tivesse adquirido, originado ou emitido o instrumento financeiro, sendo assim, a própria taxa da operação é a taxa efetiva de juros. 3.1.4 Operações renegotiadas e/ou reestruturadas: A Resolução CMN nº 4.966/21 apresenta os seguintes conceitos em relação a reestruturações e renegotiações: Renegociação: acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. Os instrumentos financeiros renegotiados, inclusive os reestruturados, devem ter evidenciados: a) o montante dos instrumentos financeiros baixados e dos novos instrumentos reconhecidos, segregados por classe, em virtude da renegociação não caracterizada como reestruturação de instrumentos financeiros; b) o percentual dos ativos financeiros reestruturados em relação ao total de instrumentos financeiros renegotiados, incluindo os reestruturados; e c) o ganho ou a perda líquida reconhecida quando da reestruturação. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, o instrumento financeiro deve ser reavaliado para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegotiadas. Reestruturação: renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração; No caso de reestruturação de ativos financeiros, o valor contábil bruto do instrumento deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. Ao valor contábil bruto do ativo financeiro reestruturado devem ser acrescidos os custos de transação e deduzidos eventuais valores recebidos na reestruturação do instrumento. A diferença resultante da reavaliação mencionada no caput deve ser reconhecida no resultado do período em que ocorrer a reestruturação. Atualmente a Companhia não possui custos ou receitas adicionais quando da reestruturação de um contrato. 3.1.5 Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito e Stop accrual: A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que um ativo é classificado com problema de recuperação de crédito ("Ativo problemático") quando ocorrer: inadimplência superior a 90 dias do pagamento de principal ou de encargos, ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. A referida norma, em seu artigo 17, proíbe o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como <i>Stop accrual</i>. A Companhia irá considerar um ativo "curado" o contrato reconhecido, anteriormente classificado nos Estágios 2 ou 3 (Ativo Problemático), que apresentar fluxo regular de pagamentos e atender aos requisitos definidos em normas internas. Contratos que estão em recuperação judicial/falência/ôbito, e operações de renegociação provenientes de contratos em prejuízos não são passíveis a efeito de cura. 3.1.6 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: A Companhia adota a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23. A metodologia é baseada nos parâmetros PD (Probabilidade de inadimplência), LGD (Perda dada a inadimplência) e EAD (Exposição na inadimplência), CCF (fator de conversão de crédito) e <i>Forward Looking</i>, fator este que ajusta a PD em função de variáveis e cenários macroeconômicos. O parâmetro PD, para operações em estágio 2, é ajustado ao prazo da operação, sendo denominado <i>PD Lifetime</i>. Todos estes parâmetros incorporam o tipo de operação, seu prazo, seu limite e as garantias prestadas. A Norma de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é a documentação interna que contempla e descreve este tema, sendo continuamente atualizada, em resposta a alterações regulatórias, mudanças de processos ou direcionamentos estratégicos, garantindo a aderência às normas																																																																																																																																																									

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/08/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continua ...

... continuação

Passivos		30/06/2026	31/12/2025
Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (controlador final comum)		(11.805.463)	(5.236.668)
Pagar.me S.A. (controlador final comum)		(2.992.104)	(568.928)
Stone Corporate SPE S.A. (controlador final comum)		(646.485)	(309.944)
MNLT S.A. (controlador direto comum)		(196.694)	(1.439.027)
TAG Tecnologia para Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)		(48.096)	(45.015)
STNE Investimentos S.A. (controlador final comum)		(47.090)	(3.195)
SOMA III Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (controlador final comum)		(26.956)	(64.976)
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)		(26.009)	(153.414)
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)		(24.004)	(35.951)
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)		(21.770)	(43.763)
Vitta Corretora de Seguros Ltda. (controlador final comum)		(8.593)	(8.112)
DLPPar Participações S.A. (controlador final comum)		(4.055)	(4.237)
Stone Servicos Financeiros S.A. (controlador final comum)		(3.878)	(45.234)
Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (controlador final comum)		(1.424)	(1.949)
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (controlador final comum)		(1.228)	(2.036)
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)		(83)	(12.647)
STNE Participações em Tecnologia S.A. (controlador final comum)		(1)	(1)
Linx Automotivo Ltda. ^(a)		-	(12.655)
Linx Commerce Ltda. ^(a)		-	(1.096)
Linx People Ltda. ^(a)		-	(1.510)
Linx Saúde Ltda. ^(a)		-	(5.085)
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. ^(a)		-	(135.311)
Linx Telecomunicações Ltda. ^(a)		-	(7.721)
Stone Pay Meios de Pagamento Ltda. ("Stone Pay") (controlador final comum)		-	(2.097)
Sponte Educação Ltda. ^(a)		-	(14.160)
Stone Impulse Ltda. (controlador final comum)		-	(4.868)
Depósitos		(15.853.933)	(8.159.600)
Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone IP") (controladora)		(3.054)	(2.564)
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 15)		(3.054)	(2.564)
(a) Em 27 de fevereiro de 2026, foi concluída a transação de venda do Grupo Linx, que deixou de pertencer ao grupo da StoneCo. a partir desta data. Consequentemente, as entidades listadas sob o controle da Linx deixam de ser qualificadas como partes relacionadas da Companhia para fins de divulgação em períodos posteriores a fevereiro de 2026.			
Receitas	Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025	
Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone IP") (controladora)	1.382.003	997.940	
Stone Pay Meios de Pagamento Ltda. ("Stone Pay") (controlador final comum)	-	105	
Receita bruta com operações de crédito	1.382.003	998.045	
Despesas	Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025	
Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (controlador final comum)	-	(257.891)	
Stone Corporate SPE S.A. (controlador final comum)	-	(15.635)	
TAG Tecnologia para Sistema Financeiro (controlador final comum)	-	(2.764)	
Despesa de captação	-	(276.290)	

23 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações, segundo os quais a administração confere a empregados e outros provedores de serviços similares o direito de receber instrumentos patrimoniais (incluindo ações ou opções de ações) da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) como parte de seu plano de incentivo de longo prazo, quando atendidas as condições de aquisição de direito neles especificadas.

23.1 Políticas contábeis: As práticas contábeis utilizadas pela Companhia, no que tange ao reconhecimento dos planos de pagamento baseado em ações, estão de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10) e aprovadas pelo BACEN. O custo dessas transações, as quais são liquidadas em ações, é mensurado pelo valor justo na data da outorga e registrado como despesa, em contrapartida do patrimônio líquido, durante o período do serviço, ou na data da concessão, em caso de serviços passados. O valor justo das Restricted Shares Units ("RSUs") é o valor de mercado do instrumento na data da outorga. Para opções e Performance Shares Units ("PSUs"), o valor justo é calculado utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições dos planos. A condição de desempenho e a quantidade de ações que se espera emitir são mensuradas com base em dados históricos e dados modificados, quando se espera que o futuro seja razoavelmente diferente do passado, entre outros fatores. As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, mas que podem não ser necessariamente o resultado real.

23.2 Unidade de Ações Restritas – (RSU – Restricted Share Unit): A Companhia outorgou RSUs e opções de ações, as quais, em sua maioria, estão condicionadas à permanência (condições de desempenho corporativo são aplicáveis a uma minoria), e habilitam o recebimento seguindo regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa.

23.3 Unidade de Ações por Desempenho – (PSU – Performance Share Unit): Em 2025 a Companhia concedeu prêmios de PSUs, os quais deram aos beneficiários o direito de receber ações se o Grupo atingir níveis mínimos de Retorno Total ao Acionista ("RTA") para um período específico, as quais expiram se a referida condição de desempenho não for atendida. Assim como para RSUs, existem regras específicas de período de aquisição de direito para a habilitação do recebimento.

23.4 Movimentação de pagamento baseado em ações: As movimentações ocorridas de RSUs e PSUs são apresentadas abaixo:

	RSUs	PSUs	Opções	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-
Outorgadas	794	-	-	794
Emitidas	(17.194)	-	-	(17.194)
Transferências entre empresas do Grupo	102.416	64.284	-	166.700
Canceladas	(2.599)	-	-	(2.599)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	83.417	64.284	-	147.701
Outorgadas	14.640	-	-	14.640
Emitidas	(18.525)	(8.242)	-	(26.767)
Canceladas	(4.796)	-	-	(4.796)
Saldo em 30 de junho de 2026	74.736	56.042	-	130.778

No semestre findo em 30 de junho de 2026, foi reconhecida provisão em despesas de

Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS	
24.1 Instrumentos financeiros por categoria	
Ativo	30/06/2026
	Custo Amortizado
Títulos e valores mobiliários	32.559
Operações de crédito	30.264.738
Outros ativos financeiros	119
Depósitos no Banco Central	1.772.169
	32.069.585
Passivo	
Depósitos	27.497.711
Recursos de aceites e emissão de títulos	5.655.321
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	492.246
Dividendos a pagar	11
Outros passivos financeiros	5.171
	33.650.460
	31/12/2025
Ativo	
Títulos e valores mobiliários	30.434
Operações de crédito	23.264.599
Depósitos no Banco Central	744.987
	24.040.020
Passivo	
Depósitos	20.692.457
Recursos de aceites e emissão de títulos	5.421.086
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	492.215
Dividendos a pagar	1.128
Outros passivos financeiros	2.565
	26.609.451

 pessoal, incluindo encargos no valor de R\$ 880 (R\$ 914 no semestre findo em 30 de junho de 2025). No semestre findo em 30 de junho de 2026, a Stone SCFI registrou na reserva de capital o montante de R\$ 314 para a distribuição de remuneração baseada em ações (R\$ 60 no semestre findo em 30 de junho de 2025). 24.2 Valor justo de instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo: A tabela abaixo apresenta uma comparação por classe entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, exceto aqueles cujos valores contábeis são aproximações razoáveis de seus valores justos. | | | | |--|----------------|----------------------------| | | 30/06/2026 | | | Ativo | Valor contábil | Valor justo ^(a) | | Operações de crédito – CA | 30.264.738 | 30.010.577 | | | 30.264.738 | 30.010.577 | | Passivo | | | | Depósitos | 27.497.711 | 27.496.044 | | Recursos de aceites e emissão de títulos | 5.655.321 | 5.619.257 | | Instrumentos de dívida elegíveis a capital | 492.246 | 526.653 | | | 33.645.278 | 33.641.954 | | | 31/12/2025 | | | Ativo | Valor contábil | Valor justo ^(a) | | Operações de crédito – CA | 23.267.321 | 23.062.917 | | | 23.267.321 | 23.062.917 | | Passivo | | | | Depósitos | 20.692.457 | 20.524.117 | | Recursos de aceites e emissão de títulos | 5.421.086 | 5.357.569 | | Instrumentos de dívida elegíveis a capital | 492.215 | 528.625 | | | 26.605.758 | 26.410.311 | (a) Os títulos são classificados como Nível II. |

25 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia adota uma estrutura de gerenciamento de riscos centralizada no Conglomerado Prudencial Stone. O Conglomerado Prudencial possui uma Diretoria de Gestão de Riscos, unidade específica segregada das unidades de negócio e da unidade executora da atividade de auditoria interna, responsável pela atividade de gerenciamento de riscos de capital. Neste contexto, o Conglomerado Prudencial possui a Norma de Gestão de Riscos e Compliance para a Diretoria, que estabelece a governança a ser observada no gerenciamento de riscos e de capital, definindo estruturas e órgãos e suas respectivas atribuições. A governança é estabelecida de modo a atender aos requisitos regulatórios aplicáveis ao Conglomerado Prudencial e a buscar eficiência na gestão de riscos e capital. As atividades da Diretoria de Gestão de Riscos permitem a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos financeiros, operacionais, sociais, ambientais, climáticos, entre outros. São adotados processos para rastreamento e reporte tempestivo de exceções às políticas de gerenciamento de riscos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS (Risk Appetite Statement). Os tipos de risco e estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidos: **25.1 Risco de mercado:** É a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes das flutuações nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Stone SCFI, e inclui o risco de taxa de juros, que é relacionado com a possibilidade de perdas financeiras resultantes de oscilação das taxas de juros de mercado, e o risco cambial, que é relacionado com a possibilidade de perdas financeiras resultantes de flutuação da taxa de câmbio. O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de política interna. **25.2 Riscos de liquidez:** É o risco de a Stone SCFI não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e/ou sem incorrer em perdas significativas. Além disso, engloba ainda a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Constitui, ainda, o risco de não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado por meio de política interna. **25.3 Risco de crédito:** É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao: (i) não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; (ii) desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; (iii) reestruturação de instrumentos financeiros; ou (iv) custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. No contexto operacional do Conglomerado Prudencial, o Risco de crédito corresponde à possibilidade de inadimplência dos clientes tomadores de recursos, dos bancos emissores de cartões, subcredenciadores e estabelecimentos comerciais. O Conglomerado Prudencial dispõe de mecanismos para o monitoramento e mitigação do Risco de crédito para cada contraparte relacionada, realizando gestão ativa do portfólio

A Diretoria

Camila Del Poente – Contadora CRC 1SP 290.887/O-8

entidades integrantes do Conglomerado Prudencial. **3. Auditoria Interna:** A auditoria interna atua de forma independente na realização de trabalhos de avaliação: (i) da efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa; (ii) da confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais; (iii) do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, às recomendações dos organismos reguladores e aos códigos de conduta internos; (iv) da salvaguarda dos ativos e as atividades relacionadas à função financeira da instituição; (v) das atividades, dos sistemas e dos processos recomendados ou determinados pelo BACEN; e (vi) da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital. O COAUD Stone IP acompanhou o cumprimento do planejamento anual da auditoria interna, tomando conhecimento de alterações em seu escopo, dos resultados dos principais trabalhos realizados, bem como do status dos planos de ação definidos pela administração. O Comitê considera adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna durante o período. **4. Auditoria Externa:** A Ernst & Young Auditores Independentes S.A. é responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras, devendo atestar se elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das instituições auditadas, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e, ao final de cada exercício social, também com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Os auditores independentes devem, ainda, emitir relatórios sobre o sistema de controles internos, incluindo os sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, bem como acerca de eventual descumprimento de dispositivos legais e regulamentares que tenha, ou possa vir a ter, reflexos relevantes nas demonstrações financeiras ou nas operações da instituição auditada. O COAUD Stone IP mantém um canal regular de comunicação com os auditores externos da Stone IP, a fim de embasar sua opinião sobre as demonstrações financeiras que lhe são submetidas para avaliação. O COAUD Stone IP considera adequadas as informações recebidas. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos. **5. Conclusão:** Durante o período avaliado, não foram registradas divergências significativas entre a administração da Companhia, os auditores independentes e este Comitê em relação às demonstrações financeiras. O COAUD Stone IP, devidamente ponderadas as suas responsabilidades e as limitações decorrentes do alcance da sua atuação, recomendou, em 12 de agosto de 2026, a aprovação, pela Diretoria, das demonstrações financeiras individuais, do semestre findo em 30 de junho de 2026 da Stone IP, Stone SCD, Stone SCFI e Stone DTVM. Tais demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

São Paulo, 12 de agosto de 2026.

Comitê de Auditoria

Diego Fresco Gutierrez – Presidente e Membro Qualificado do Comitê de Auditoria

Luciana Ibiapina Lira Aguiar – Membro do Comitê de Auditoria

Silvio José Morais – Membro do Comitê de Auditoria

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/08/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



... continuação		
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.		
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras		
Aos Administradores e Acionistas da Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Depósitos a prazo: Conforme divulgado na nota explicativa nº 10, em 30 de junho de 2026, a Companhia possuía o saldo de R\$27.497.711 mil em depósitos a prazo. Esse montante é constituído, majoritariamente, por certificados de depósitos bancários emitidos pela Companhia e adquiridos por clientes, empresas do mesmo grupo econômico e outros investidores. Devido à relevância dos depósitos a prazo para as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, o consideramos como principal assunto de auditoria. Como nossa auditoria conduziu o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, considerando critérios de relevância e imprevisibilidade na definição das amostras, a confirmação da existência dos certificados de depósitos bancários por meio de inspeção documental, a verificação da correta valorização do saldo por meio da precificação independente e a inspeção das emissões e liquidações ocorridas no semestre por meio dos extratos bancários. Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria executados sobre o processo de reconhecimento dos depósitos a prazo analisados, concluímos que os critérios, premissas e práticas adotados pela Administração são aceitáveis e adequados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasilei ras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 13 de agosto de 2026. Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP 034.519/O Fabício Aparecido Pimenta Contador CRC 1SP 241.659/O-9		

Publique no

Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA

MERCANTIL

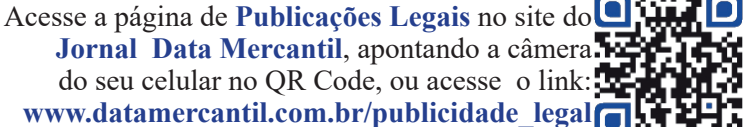
São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/08/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/08/2026



Rox Partner Serviços e Consultoria de Informática S.A.				
CNPJ/MF nº 31.665.387/0001-29				
Mensagem da Administração				
A Administração da Rox Partner Serviços e Consultoria de Informática S.A. apresenta aos seus acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Governança, Estratégia e Investimentos: Em 2024, a Companhia manteve sua estratégia de crescimento sustentável, com investimentos no fortalecimento da governança corporativa, controles internos, segurança da informação, infraestrutura tecnológica e desenvolvimento de pessoas, buscando maior eficiência e solidez operacional.				
Desempenho Econômico-Financeiro: O exercício foi marcado pelo fortalecimento das operações e pela evolução dos processos de gestão, com disciplina na alocação de recursos, controle de custos e foco na eficiência operacional, contribuindo para a sustentabilidade e o desenvolvimento da Companhia. Agradecimentos: A Administração agradece aos colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e acionistas pela confiança e contribuição ao longo de 2024, fundamentais para a continuidade da trajetória de crescimento da Rox Partner.				
Balancos Patrimoniais dos Períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Milhares de Reais)			Demonstrações dos Resultados dos Períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Milhares de Reais)	
			dez-24	dez-23
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.499.792	2.611.796		
Contas a receber de clientes	5.151.620	3.843.535		
Outros créditos	2.867	—		
Tributos a Recuperar	205.061	128.162		
Despesas Antecipadas	—	8.092		
Partes Relacionadas CP	11.915.417	11.929.006		
Total do ativo circulante	20.774.756	18.520.591		
Não circulante				
Imobilizado	884.035	720.391		
Intangível	2.048.977	2.078.522		
Total do ativo não circulante	2.933.011	2.798.913		
Total do ativo	23.707.767	21.319.504		
Passivo			dez-24	dez-23
Circulante				
Tributos a recolher	956.596	754.153		
Encargos Sociais	39.944	38.094		
Contas a pagar	1.581.631	1.437.348		
Arrendamentos	347.728	136.854		
Obrigações Trabalhistas	535.643	245.832		
Total do passivo circulante	3.461.543	2.612.281		
Não circulante				
Contas a pagar LP	—	200.469		
Empréstimos a pagar	1.000.000	—		
Total do passivo não circulante	1.000.000	200.469		
Patrimônio líquido				
Capital Social	1.000.185	1.000.185		
Reservas de Capital	10.724.692	10.724.692		
Lucros distribuídos antecipadamente	(2.805.524)	—		
Reservas de Lucros	6.781.877	2.977.544		
Resultado do Exercício	3.544.995	3.804.333		
	19.246.224	18.506.754		
Total do passivo + patrimônio líquido	23.707.767	21.319.504		
Demonstração de Fluxo de Caixa (Em Milhares de Reais)				
			2024	2023
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	3.544.995	3.804.333		
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa				
Depreciação e Amortização (Nota 8)	562.642	711.144		
Provisão de Receitas (Nota 15)	(1.360.439)	(381.623)		
Depreciação do direito de uso – IFRS 16	212.260	—		
Apropriação de juros sobre passivo de arrendamento – IFRS 16	23.031	—		
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(123.511)	(57.286)		
	2.858.978	4.076.569		
Variações no capital circulante				
Contas a receber de clientes	175.865	(916.679)		
Outros créditos	(2.867)	68.725		
Tributos a Recuperar	(76.899)	(98.886)		
Despesas Antecipadas	8.092	74.396		
Partes Relacionadas	13.590	—		
Tributos a recolher	(1.668.190)	(166.193)		
Encargos Sociais	1.850	1.832		
Contas a pagar	(119.140)	319.971		
Arrendamentos	187.843	(174.903)		
Marcos Vinicius Bastos Teixeira	IRKO BPS Assessoria Contábil Ltda.	Pier Paolo Atti – Contador		
Diretor CPF: 220.587.928-66	CNPJ: 46.893.334/0001-32 – CRC SP: ZSP 04.552-0	CPF: 132.289.328-42 – CRC SP -154.001/O-0		
As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.				

Eco Grêmio Esportivo e Cultural

CNPJ/MF nº 03.983.881/0001-04

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Convocação: A requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, ficam convocados todos os associados do **Eco Grêmio Esportivo e Cultural**, associação civil inscrita no CNPJ sob o nº 03.983.881/0001-04 (“Associação”), para participar da Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), nos termos da Cláusula 10ª, alínea “b”, e da Cláusula 11ª do Estatuto Social, a realizar-se no dia 28 de agosto de 2026, às 10 (dez) horas, na sede da Associação, localizada na Avenida Gerônimo de Camargo, 2000, Ressaca, Atibaia/SP, CEP 12.944- 000. **Instalação:** A AGE será instalada, em **primeira convocação**, mediante a presença da maioria dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, e, em **segunda convocação**, 01 (uma) hora após, com qualquer número de associados presentes, conforme disposto nas Cláusulas 13ª e 14ª do Estatuto Social. **Ordem do Dia:** (1) Eleição de novos membros da Diretoria Executiva: eleição e posse dos membros que comporão a Diretoria Executiva da Associação (Diretor Presidente, Diretor Tesoureiro, Diretor Administrativo e Diretor de Esportes e Eventos), nos termos das Cláusulas 16ª, alínea “a”, e 21ª do Estatuto Social, com mandato de 02 (dois) anos a partir da data da posse. (2) Reforma do Estatuto Social para alteração da Cláusula 6ª, § 1º, “a”, do Estatuto Social, com o objetivo de atualizar o rol de empresas do Grupo DEKRA no Brasil cujos colaboradores podem se tornar membros, em razão da alteração na composição societária do grupo no Brasil, para: (i) excluir Checkauto Consultoria Técnica e Informações Veiculares Ltda. (CNPJ nº 00.305.974/0001-83) e Dekra Vistorias e Serviços Ltda. (CNPJ nº 67.972.679/0001-51), que não integram mais o Grupo DEKRA no Brasil; e (ii) substituir a menção a DEKRA Certification por Dekra Testing, Inspection & Certification Ltda. (CNPJ nº 57.473.707/0001-32), que passou a integrar o Grupo DEKRA no Brasil. Na AGE somente serão tratados os assuntos constantes desta Ordem do Dia, nos termos da Cláusula 12ª do Estatuto Social. As deliberações serão tomadas por meio de voto, podendo ser adotado o sistema de aclamação, votação simbólica ou escrutínio secreto, conforme aprovação da Assembleia, nos termos da Cláusula 15ª do Estatuto Social. A presente convocação é realizada mediante edital afixado na sede da Associação e publicado por meio eletrônico ou em jornal de grande circulação na localidade da sede, observando-se antecedência mínima de 10 (dez) dias para sua instalação, como previsto na Cláusula 11ª do Estatuto Social. Atibaia/SP, 18 de agosto de 2026.



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/08/2026

ICP
Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Rox Partner Serviços e Consultoria de Informática S.A.					
CNPJ/MF nº 31.665.387/0001-29					
Mensagem da Administração					
A Administração da Rox Partner Serviços e Consultoria de Informática S.A. apresenta aos seus acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Governança, Estratégia e Investimentos: Em 2025, a Companhia deu continuidade ao fortalecimento de sua governança, controles internos e eficiência operacional. Destaca-se a renovação da certificação ISO/IEC 27001, reforçando o compromisso com a segurança da informação, gestão de riscos e melhoria contínua dos processos.			Desempenho Econômico-Financeiro: A Companhia encerrou 2025 com crescimento da receita operacional e do lucro líquido, fortalecimento da posição de caixa e incremento do patrimônio líquido, refletindo a evolução de suas operações e maior solidez financeira. Agradecimentos: A Administração agradece aos colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e acionistas pela confiança e contribuição para os resultados alcançados em 2025, reafirmando seu compromisso com o crescimento sustentável e a geração de valor.		
Balancos Patrimoniais dos Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)			Demonstrações dos Resultados dos Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)		
Ativo	dez-25	dez-24	dez-25	dez-24	
Circulante			Receita líquida	38.455.611	27.829.495
Caixa e equivalentes de caixa	6.671.472	3.499.792	Serviços Prestados – Mercado Interno	40.737.412	29.408.849
Contas a receber de clientes	6.097.448	5.151.620	Serviços Prestados – Mercado Externo	423.716	386.995
Outros créditos	5.639	2.867	Provisão de receita	(2.534)	(7.759)
Tributos a Recuperar	380.442	205.061	(-) PIS/COFINS/ISS	(2.702.982)	(1.958.590)
Despesas Antecipadas	5.658	–	Lucro Bruto	38.455.611	27.829.495
Partes Relacionadas CP	11.915.417	11.915.417	Outros Resultados Operacionais	39.215	41.604
Total do ativo circulante	25.076.075	20.774.756	Outras receitas	39.215	41.604
Não circulante			Despesas Operacionais	(26.473.340)	(21.120.654)
Imobilizado	812.785	884.035	Com pessoal	(5.300.646)	(4.196.218)
Intangível	1.734.319	2.048.977	Ocupação	(220.780)	(206.461)
Total do ativo não circulante	2.547.105	2.933.011	Viagens	(39.228)	(60.724)
Total do ativo	27.623.180	23.707.767	Serviços terceiros – PJ	(18.227.467)	(14.708.550)
Passivo			Utilidades e serviços	(113.134)	(89.307)
Circulante			Depreciações e amortizações	(481.895)	(769.672)
Tributos a recolher	1.417.478	956.596	Despesas gerais	(723.944)	(635.001)
Encargos Sociais	50.490	39.944	Tributárias	(86.809)	(24.189)
Contas a pagar	1.864.175	1.581.631	Outras despesas não dedutíveis	(1.278.875)	(554.044)
Arrendamentos	139.074	347.728	Despesa de provisão para créditos de liquida- ção duvidosa	(563)	123.511
Obrigações Trabalhistas	781.300	535.643	Outras despesas operacionais	(42.911)	(9)
Total do passivo circulante	4.252.515	3.461.543	Perdas na alienação de imobilizado	(42.911)	(9)
Não circulante			Lucro (Prejuízo) operacional antes do	11.978.575	6.750.436
Empréstimos a pagar	727.273	1.000.000	Resultado financeiro	266.549	81.378
Dividendos/lucros	343.814	–	Despesas Financeiras	(291.938)	(80.051)
Total do passivo não circulante	1.071.086	1.000.000	Receitas Financeiras	558.487	161.429
Patrimônio líquido			Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda	12.245.124	6.831.814
Capital Social	1.000.185	1.000.185	e da contribuição social	(4.657.549)	(3.286.819)
Reservas de Capital	10.724.692	10.724.692	Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.657.549)	(3.286.819)
Reservas de Lucros	6.786.841	6.781.877	IR/CSLL – corrente	(4.657.549)	(3.286.819)
Lucros distribuídos antecipadamente	(3.799.714)	(2.805.524)	Lucro (Prejuízo) do exercício	7.587.575	3.544.995
Resultado do Exercício	7.587.575	3.544.995			
Total do passivo + patrimônio líquido	22.299.578	19.246.224			
	27.623.180	23.707.767			
Demonstração de Fluxo de Caixa (Em Milhares de Reais)					
	2025	2024	2025	2024	
Fluxos de caixa de atividades operacionais	7.587.575	3.544.995	Caixa gerado nas operações	(656.267)	(190.045)
Lucro líquido do exercício			Juros pagos	40.081	62.954
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa	263.027	562.642	Imposto de renda e contribuição social pagos	1.334.596	1.870.634
Depreciação e Amortização (Nota 8)			Caixa líquido gerado pelas atividades opera-	1.374.676	1.933.588
Provisão de Receitas (Nota 15)	(1.357.905)	(1.360.439)	Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Depreciação do direito de uso – IFRS 16	218.868	212.260	Aquisição de imobilizado (Nota 8)	(364.010)	(497.762)
Apropriação de juros sobre passivo de arrendamento – IFRS 16	27.539	23.031	Recursos provenientes de venda de imobilizado	361.839	(112.289)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	563	(123.511)	Aquisição de ativos intangíveis (Nota 8)	(93.817)	(298.950)
Variações no capital circulante	6.739.667	2.858.978	Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(95.988)	(909.001)
Contas a receber de clientes	411.514	175.865	Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Outros créditos	(2.772)	(2.867)	Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	(4.190.407)	(2.805.524)
Tributos a Recuperar	(175.381)	(76.899)	Caixa líquido usado nas atividades de finan-	(2.805.524)	(2.805.524)
Despesas Antecipadas	(5.658)	8.092	cimento		
Partes Relacionadas	–	13.590	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de	3.171.680	887.996
Tributos a recolher	(873.715)	(1.668.190)	caixa e contas garantidas		
Encargos Sociais	10.546	1.850	Caixa e equivalentes de caixa e contas garanti-	3.499.792	2.611.796
Contas a pagar	242.463	(119.140)	das no início do exercício		
Arrendamentos	(236.194)	187.843	Caixa e equivalentes de caixa e no final do	6.671.472	3.499.792
Obrigações Trabalhistas	245.657	289.811	exercício (Nota 4)		
Empréstimos a pagar	(272.727)	1.000.000			
Marcos Vinicius Bastos Teixeira		IRKO BPS Assessoria Contábil Ltda.	Pier Paolo Atti – Contador		
Diretor CPF: 220.587.928-66		CNPJ: 46.893.334/0001-32 – CRC SP: ZSP 04.552-0	CPF: 132.289.328-42 – CRC SP -154.001/O-0		
As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.					

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/08/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

